

LEILA FREITAS SANTOS NUNES
FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E DIREITO À IDENTIDADE GENÉTICA

RESUMO

O tema selecionado para este trabalho científico, embora pareça estar afeto apenas ao Direito de Família, porquanto diz respeito à filiação, prende-se essencialmente a aspectos atinentes aos Direitos da Personalidade, vez que pretende desvincular o direito ao estado de filiação do direito ao conhecimento da identidade genética. A partir da análise da atual estrutura familiar, a qual apresenta nos dias de hoje aspectos multifacetados, procede-se a um exame do direito à identidade genética sob ótica diversa do estado de filiação, desvinculando-a da concepção tradicional que alicerçava a paternidade nos dados biológicos. Albergado nos direitos da personalidade, cujo alicerce é o princípio da dignidade da pessoa humana, busca-se assegurar ao indivíduo o conhecimento à identidade genética por meio da investigação histórica dos dados biológicos, que, apesar de modernamente não ser de fundamental importância para a aferição da paternidade, torna-se extremamente relevante, vez que a busca dessa identidade dará à pessoa humana algumas explicações sobre características físicas, aspectos comportamentais, além de informações concernentes à estrutura biológica que, inevitavelmente, contribuirão para a preservação da vida e para a construção da história pessoal inerente a cada indivíduo.

ABSTRACT

The selected theme used as the basis for this scientific work may seem to be related only to family law as it deals with filiation but, as a matter of fact, it is based essentially on aspects of the Personality Law as it aims to dissociate the right to know ones filiation status from the right to know ones genetic identity. Based on an analysis of todays family structure with their multifaceted features, this work reviews the right to ones genetic identity under the diverse premises of the filiation status, bringing it apart from the traditional supporting grounds for paternity found in biological data. Sheltered by personality rights, which are founded on the principle of dignity of the human being, this work tries to ensure that individuals are given the right to know their genetic paternity by means of a historical investigation of biological data. Even though it might not be currently fundamental for determining ones paternity, it is extremely relevant as ones search for such paternity shall provide the individual with certain explanations concerning physical characteristics, behavioral aspects and biological structure-related data, which inevitably shall contribute to the preservation of life and to the construction of each persons inherent personal history.